

CAJUCULTURA PARA MERCADOS DIFERENCIADOS: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM BARREIRA, CEARÁ, BRASIL

Francyálisson Lima de Oliveira¹, Enio Giuliano Girão¹, Aryberg de Souza Duarte¹, Ângela Küster²

¹Embrapa Agroindústria Tropical, Fortaleza-CE

²Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza-CE

Introdução

Barreira é um município cearense localizado numa região de transição entre Sertão e Litoral, distante 75 quilômetros da capital, Fortaleza. A cajucultura é a principal atividade produtiva do município, empregando, sobretudo no período da safra da castanha, a maior parte de seus moradores. A Associação Comunitária de Barreira (ACB – Pa Rural) foi fundada em 1989, visando à organização dos produtores e a obtenção de melhores preços junto ao mercado. Exporta amêndoa da castanha de caju desde 1999. O Núcleo de Iniciativas Comunitárias (NIC) é uma Organização Não Governamental que desenvolve trabalhos em diversas áreas desde 2002, destacando-se a educação ambiental. A Fundação Konrad Adenauer desenvolve na região o projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado (AFAM) desde 2003 em parceria com o NIC. Em 2008, estas instituições, juntamente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agroindústria Tropical), firmaram parceria, desenvolvendo o projeto de certificação agroecológica de 50 associados à ACB, financiado pelo Banco do Nordeste.

Materiais e métodos

Primeiramente foi feita a identificação da situação dos produtores e da associação, definindo-se os objetivos do projeto e áreas a se trabalhar.

As propriedades e minifábricas foram georreferenciadas e tiveram calculados sua produção, produtividade, áreas de cultivo e de reserva, com aparelhos de GPS. Cinquenta produtores e oitenta propriedades foram incluídas inicialmente no projeto. As áreas totais das propriedades variam de 0,5 a 70 ha e área plantada de 0,5 a 35 ha. A produtividade média das propriedades é de 531,7 kg/ha.

Durante um ano os produtores foram capacitados pelo NIC, visando a transição das propriedades para um modelo agroecológico de produção.

Toda a metodologia baseia-se nos princípios da agroecologia e na construção coletiva do conhecimento, com gestão participativa, que envolve os agricultores com igualdade de gênero e geração. A certificação é trabalhada em grupo, dando possibilidade para a associação planejar a produção e firmar contratos com os compradores, garantindo a quantidade, qualidade e regularidade, conseguindo assim melhores preços para os produtores. O modelo de gestão foi construído de forma descentralizada, dando autonomia aos grupos em torno das minifábricas, das quais, por sua vez, poderão surgir associações e cooperativas, como já é o caso da Associação Comunitária de Batalha.

A sensibilização, o conhecimento e a apropriação da legislação de produtos orgânicos são trabalhados constantemente, com o estudo da Lei Federal nº. 10.831/2003 (Lei da Agricultura Orgânica), o Decreto Federal nº. 6323/2007, a identificação de não-conformidades nas propriedades e a adequação aos critérios da certificação, com visitas técnicas às propriedades, o georreferenciamento das áreas e a elaboração de croquis para as adequações necessárias.

Foram realizadas consultorias em três eixos: mercado, boas práticas de fabricação (BPF) e identidade visual.

A construção do Sistema de Controle Interno (SCI) elaborado com os grupos foi importante, contribuindo para a profissionalização da gestão e a melhoria da produção. O procedimento da certificação em grupo foi aprovado no Brasil por meio da Lei Federal 10.831/2003, uma opção que barateia os custos para associações ou cooperativas. A documentação do SCI oferece a possibilidade da realização de visitas somente pontuais, pela auditoria de verificação. Foi instalada uma comissão interna para manter e operar o SCI e assegurar o cumprimento de padrões estabelecidos. Dessa forma, o SCI estimulará o processo participativo na elaboração de documentos, que devem ser compreendidos por todos.

Resultados e discussões

Os cajucultores que participam do projeto, associados à ACB, afirmaram seu compromisso de seguir as orientações para a adequação das suas propriedades aos critérios da certificação orgânica, implementar o Sistema de Controle Interno (SCI) e se comprometerem a dar preferência à ACB no fornecimento dos produtos certificados. A meta era certificar 50 propriedades, com a participação de 200 agricultores e 100 jovens rurais.

A produtividade média do grupo mostrou-se acima da média estadual. Este projeto, entretanto, não almejava aumento da produtividade, mas a melhoria das condições ambientais e técnicas de produção e preço do produto, tanto in natura como beneficiado.

A certificação de produto orgânico foi concedida em 2009 a 36 produtores. A certificação em comércio justo inicialmente almejada mostrou-se inviável devido a exigências trabalhistas e ambientais impossíveis de ser cumpridas pelos agricultores familiares. A Associação está buscando parcerias para a formação de um fundo de reserva para o pagamento do custeio da produção, antes do beneficiamento. Desta forma, diminui-se o risco de os agricultores repassarem seus produtos a atravessadores e sem o repasse do valor diferencial pela certificação.

A venda da amêndoa é facultada à Associação, garantindo a liberdade do produtor de vender a outro interessado, caso não seja possível o pagamento imediato pelo produto in natura.

A capacitação pôde instruir os beneficiários do projeto no intuito de preservar suas propriedades e praticar uma agricultura menos predatória. Foram doadas mudas de espécies nativas para reflorestamento e restabelecimento da reserva legal.

O preço da castanha de caju orgânica vendida pela empresa Cascaju apresenta diferencial de 20% em relação ao produto convencional. Embora a associação garanta em contrato um diferencial mínimo de 30%, não há resultados conclusivos sobre a eficácia da certificação orgânica e para comércio justo sobre a renda dos agricultores para a amostra.

O próximo passo da Associação é a construção de um fundo de aval, com recursos próprios e de financiamentos, para que possam ser adquiridos materiais e feito o pagamento antecipado do produto in natura, evitando a comercialização a atravessadores.

Conclusões

Com as consultorias realizadas, criou-se uma nova identidade visual, foram apontados os diferenciais do mercado e identificadas as falhas no processo de produção, que puderam ser corrigidas.

36 agricultores familiares obtiveram certificação orgânica.

Os produtores firmaram contrato de preferência de compra pela associação, com diferencial de 10 a 30% em relação ao produto convencional.

A construção de um fundo de aval pode garantir a sustentabilidade do projeto após o seu término, já que a associação teria como pagar aos agricultores assim que recebessem a matéria prima.

Referências bibliográficas

GIRÃO, E.G.; OLIVEIRA; F.L.; KÜSTER, A.; PEREIRA, J.I.C. A transição agroecológica da cajucultura familiar no município de Barreira, Ceará, Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2. ANAIS**. UFRGS. Porto Alegre, 2009.

IBGE. **Levantamento Sistemático de Produção Agrícola**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo/lspa_201003.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo/lspa_201003.zip)>. Acesso em: 20 maio 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. **Exportações cearenses – Balança comercial dos principais setores exportadores do Ceará**. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/portaiv2/sites/cinv2/home.php?st=iestatisticas&dialog=1&conteudo_id=34717>. Acessado em: 20 maio 2010.

Res. J. Geophys. Res. 108(D16), 4490, doi:10.1029/2002JD003334.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Casaju vende castanha de caju orgânica para os Estados Unidos**. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=5033>>. Acessado em: 20 maio 2010.